VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657

AS RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NO POVOADO NITERÓI, MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA (SE):

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE LOCAL

Willas Candido dos Santos[1]

Mirsa Mara Barreto Xavier Leite[2]

Eixo: Educação, Sociedade e Práticas Educativas

Resumo

O presente artigo busca analisar as contribuições da educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental na comunidade ribeirinha de Niterói (SE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com o objetivo de registrar e descrever fatos históricos e sociais da comunidade ribeirinha de Niterói, cuja metodologia implica na aplicação de entrevistas, observação e fundamentação teórica a fim de tecer uma análise sobre a contribuição da educação ambiental no contexto escolar para a sustentabilidade socioambiental na comunidade. Assim, o trabalho em questão, demonstra que a educação proposta na comunidade Niterói, com a inserção da educação ambiental possibilitará mudanças nas reflexões e ações dos sujeitos locais, no sentido de repensar as suas práticas cotidianas, estabelecidas no decorrer do tempo com o rio São Francisco, fonte de sobrevivência e de diversos significados para a Comunidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, comunidade ribeirinha, sustentabilidade

ABSTRACT

This paper aims to analyze the contributions of environmental education for environmental sustainability in the riverside community of Niterói (SE). This is a qualitative and descriptive research, which looks for to register and describe historical and social facts of the riverside community of Niterói, whose methodology involves the application of interviews, observation and theoretical foundation in order to make an analysis of the contribution of education environment in the school context for environmental sustainability in the community. Therefore, this work shows that the proposal in the education community Niterói, with the inclusion of environmental education will allow changes in the reflections and actions of local actors in order to rethink their daily practices established over time with the river Saint Francisco, source of survival and various meanings to the community.

Keywords: Environmental Education, riverside community, sustainability

INTRODUÇÃO

A crise ambiental, que perpassa a humanidade, tem levado este mesmo ser humano a repensar suas interferências diante da natureza. Este repensar envolve vários campos do conhecimento, em toda e qualquer atuação, seja ela em sua formação escolar ou mesmo informal, nas grandes e pequenas cidades, nos interiores rurais das mais diversas regiões do Brasil.

De acordo com Loureiro (2004, p.35):

> Educar é transformar pela teoria em confronto com a prática e vice-versa, com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, nós (em sociedade) e o mundo. É desvelar a realidade e trabalhar com os sujeitos concretos, situados espacialmente e historicamente. É, portanto, exercer a autonomia para uma vida plena, modificando-nos individualmente pela ação conjunta que nos conduz às transformações estruturais. (LOUREIRO, 2004, p. 35)

Considerando também alguns princípios da pedagogia freireana, a fim de facilitar a compreensão da complexidade conceitual do educar, este traz algumas reflexões que contribuirão para o processo educativo no povoado ribeirinho de Niterói, conforme pontua Gadotti (2003, apud LOUREIRO, 2004, p.36):

- "Educar é saber "ler" o mundo, conhecê-lo para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo".
- "Educar é promover uma racionalidade dialógica, comunicativa, emancipatória, não ignorando o vetor racional instrumental da educação, mas subordinando-o ao primeiro".
- "Educar é sentir, interpretar, conhecer e agir. Conhecer é estabelecer relações lógicas (formais e dialéticas), definir nexos e explicar fenômenos. A veracidade do conhecimento, além de ser transitória e histórica, está condicionada à sua possibilidade prática, de realizar-se e de ser apropriada para fins emancipatórios".

Os moradores ribeirinhos do Povoado Niterói, no município de Porto da Folha (SE), área de estudo desse trabalho retiram o sustento de suas famílias, especialmente das margens do rio São Francisco. Seja pela agricultura, pesca, transporte de passageiros, atividades turísticas, dentre outros sentidos e caminhos que o rio proporciona a Comunidade.

Observa-se que há sempre uma ligação de dependência e sobrevivência, que implica em estudos para a prática de uma relação sustentável, para que os recursos naturais, fonte de sobrevivência de aproximadamente 90% dos moradores locais, não se esgotem em sua capacidade de alimentar e manter viva a Comunidade em sua história, cultura e relações sociais.

Situar essa relação no campo do conhecimento, observando que o Povoado Niterói está localizado em uma parte mínima do rio São Francisco e que há sobre ele todo um histórico de usos no decorrer do seu percurso até o término da caminhada, na foz do São Francisco, também em território sergipano, predispõe um esforço no sentido de fortalecer a tese de que as ações locais em educação ambiental contribuem para a sustentabilidade ambiental e social nas Comunidades.

De acordo com Sachs (2000 *apud* MELO E SOUZA, 2009, p.31), o autor conceitua sustentabilidade ambiental como: "à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das interferências antrópicas".

E no que se refere à sustentabilidade social, o mesmo autor aponta que:

> Tem como referência o desenvolvimento e como objeto a melhoria da qualidade de vida da população. Em países com desigualdades, implica a adoção de políticas

> distributivas e/ou redistributivas e a universalização do atendimento na área social, principalmente na saúde, educação, habitação e seguridade social. (Sachs, 2000 *apud* MELO E SOUZA, 2009, p.31).

Nessa perspectiva, o presente artigo busca analisar as contribuições da educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental na comunidade ribeirinha de Niterói (SE). E os objetivos específicos compreendem em apresentar o povoado Niterói e o modo de vida comunitário; descrever as relações de dependência dos moradores locais com o rio São Francisco e analisar as contribuições da Educação Ambiental para a sustentabilidade socioambiental do povoado Niterói.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com o objetivo de registrar e descrever fatos históricos e sociais da comunidade ribeirinha de Niterói, cuja metodologia implica na aplicação de entrevistas, observação e fundamentação teórica, a fim de tecer uma análise sobre as contribuições da educação ambiental no contexto escolar para a sustentabilidade socioambiental na comunidade de Niterói (SE).

COMUNIDADE RIBEIRINHA DE NITERÓI (SE) E O RIO SÃO FRANCISCO: MORADIA E SOBREVIVÊNCIA

O município de Porto da Folha está situado na Mesoregião do Sertão sergipano e microregião sergipana do Sertão do São Francisco (IBGE, 2008) ocupando uma área de 877 km². De acordo com o Censo (2010) sua população é de 26.636 com densidade demográfica de 30,37 habitantes/km², sendo 9.929 moradores na área urbana e 17.195 na zona rural. O povoado Niterói é um dos 10 povoados do município e se localiza a 40 km da sede municipal.

O Povoado Niterói surgiu por volta dos anos de 1960, nas redondezas da fazenda Niterói, construída em 1884, nome que foi adotado pelo povoado, posteriormente.

Seu primeiro dono se chamava Coronel Constantino Tavares que posteriormente vendeu a fazenda ao Sr. Teotônio Dória. Os moradores locais não souberam precisar o ano, mas conseguem identificar que os intervalos foram menores de 10 anos.

O Sr. Teotônio Doria passou a terras para um sobrinho, também chamado de Teotônio. E este, por sua vez a vendeu para o Sr. Joaquim Campos, na década de 1970, responsável por vender partes das terras, e denominando de Fazenda Niterói, origem do povoado. De acordo com o Sr. João Feitosa, morador atual do povoado:

> *"A fazenda foi vendida mais uma vez ao Sr. Orlando Rocha e até hoje está na família. Atualmente, o proprietário é o filho, Orlando Rocha Filho, que é juiz de Direito na cidade de Arapiraca (Al)". (João Feitosa da Silva, vaqueiro, 100 anos).*

Assim, na década de 60 do século XX surgem os primeiros moradores do povoado, conhecidos até os dias atuais como os "bicos", pertencentes à família Rodrigues e os "brazinhos" a família Braz, até hoje, muitos deles ainda residem no povoado.

A sua localização, entre as duas fazendas, às margens do rio que dava acesso ao município de Pão de Açúcar (AL), assim como a estrada dentro do município de Porto da Folha (SE) proporcionou a chegada de novos moradores, formando a princípio uma pequena viela e posteriormente, no ano de 1970 com o aumento da população, o reconhecimento como povoado pelo município de Porto da Folha (SE).

Em 1978, as primeiras obras públicas são construídas. A escola para atender as crianças e o posto fiscal a fim de fiscalizar as cargas que começavam a atravessar o rio São Francisco, vindas de outros estados.

A comunidade também realizava suas celebrações religiosas, que durante muito tempo foram

comemoradas na escola, e prevaleceu a religião católica naquela época, assim como nos dias atuais.

> *"A comunidade queria o Santo São Francisco como padroeiro e nome da igreja, por todo o significado que o rio representa pra nós. Mas, prevaleceu Nossa Senhora do Carmo, indicação do padre, em virtude do mês de sua inauguração, outubro de 1997". (Rosineide Braz dos Santos, Agente comunitário de saúde, 45 anos).*

A outra fazenda Beira Rio, parte da história da origem da área, com a morte de seu proprietário, o Sr. Manuel Miúdo, como era chamado por todos, foi vendida por seus filhos ao Sr. Luiz Hamilton. A partir daí foi se desdobrando o rumo de boa parte dos moradores de Niterói, ao decidir no ano de 2007, ocupar a Fazenda Beira Rio, considerada pelos moradores locais como improdutiva, enquanto famílias do povoado não tinham terras para o cultivo e sobrevivência.

> *"Esta decisão de ocupação ocorreu porque as famílias não tinham onde plantar e tudo isso era dificuldade para elas que moravam nesta comunidade, pois quem detinha o poder da terra dava uma parte para ser plantada para o sustendo destas famílias e outra parte para ser plantada para os donos das propriedades, que servia de alimento para o gado e o pequeno agricultor ficava apenas com os legumes colhidos, isso quando não plantava de meio para ele e o fazendeiro". (Gilson Candido dos Santos, 50 anos, pescador).*

Em 2008 acontece à ocupação com 65 famílias, que no decorrer de quatro anos e diante de muitas situações de dificuldades, algumas desistiram, finalizando com 21 famílias, mas que destas, apenas 12 foram selecionadas pelo Instituto Nacional de Colonização em Reforma Agrária (INCRA) para permanecerem na área.

> *"Para muitos, esta forma de seleção foi injusta, uma vez que, quem mais contribuiu para esta organização dos moradores ficou de fora, pela forma como foi conduzida esta chamada avaliação não poderia deixar de fora quem tanto contribui para esta conquista, que hoje esta sendo muito importante para a sobrevivência destes moradores e de suas futuras gerações". (Gilson Candido dos Santos, 50 Anos).*

Atualmente, 147 famílias vivem no povoado Niterói, são aproximadamente 600 pessoas, sendo 300 eleitores. E diante das dificuldades de locomoção destas famílias, até 2010, para o município de Porto da Folha e para outros municípios com maternidade, a maioria das mulheres de Niterói, no tempo de parir, era levada de barco até o município de Pão de Açúcar (AL), onde tinham seus filhos. Por essa razão, os registros de nascimento dos moradores do Povoado, em sua maioria, são de Alagoas.

> *"Não tem posto de saúde na comunidade. Se alguém necessitar de atendimento é muito comum ir a Pão de Açúcar, como se fez todo este tempo, pois as condições não são favoráveis para se chegar a Porto da Folha, devido à distância e ao transporte pra cidade do qual o povoado faz parte. Com isso, as pessoas que moram aqui, quase todos nasceram em Pão de Açúcar (AL) e qualquer que seja a necessidade, o acesso mais rápido e fácil é atravessando o rio e indo para o estado de Alagoas, apesar de serem sergipanas, todas estas pessoas possuem sua naturalidade alagoana devido a estes aspectos". (Marcio Lino Rodrigues, Agricultor, 35 anos).*

Ao longo do tempo de criação do povoado, a comunidade ribeirinha de Niterói criou seus próprios caminhos que facilitaram a resolução dos seus problemas básicos. Nesse sentido, se observa que muito pouco foi cobrado dos gestores públicos locais no decorrer desses anos, em função do atendimento por parte do estado alagoano.

De modo que, os moradores sergipanos perderam em boa medida a comunicação com seus gestores locais na implementação de políticas públicas, que lhes assegurassem educação, saúde, moradia, acessibilidade,

direitos básicos garantidos pela Constituição brasileira.

Essas dificuldades no deslocamento, nas atividades de sobrevivência, e demais acessos às políticas públicas que se mostraram no passado, ainda permanecem no presente. O povoado possui diversos conflitos, como infelizmente ocorre em outras localidades, decorrentes da falta de acesso aos serviços básicos, estruturas físicas, ausência de administração que atenda aos anseios dos moradores locais.

> *"A maioria dos políticos que por aqui passa, muito promete para o desenvolvimento e sustentabilidade dos moradores desta localidade, mas como em todo lugar já é algo que não deveria surpreender, pois nada muda" (Kauane Alves dos Santos, 18 anos, Estudante).*

Apesar das dificuldades, o povoado cresce, mesmo de forma lenta, sem muito planejamento, como é típico do interior. As famílias são as principais responsáveis pelas mudanças, com o trabalho para sobrevivência basicamente ligado às águas do rio São Francisco, com a pesca e as terras que margeiam o mesmo rio, com a agricultura familiar.

Importante registrar que a relação com a caatinga é mais tímida, mas se observa que há desmatamento para uso da lenha para consumo de algumas famílias locais. Restando poucas outras atividades, como o serviço público, os vaqueiros com a pega de boi na caatinga da região e pequenos comerciantes, que em boa medida dependem do fluxo de pessoas que atravessam o rio, seja por turismo, atividade comercial, trabalho ou necessidades outras.

Nesse contexto, a presença do rio São Francisco estabelece uma relação muito próxima e frequente da comunidade ribeirinha de Niterói, com o município de Pão de Açúcar para o atendimento de qualquer necessidade. Todos utilizam a cidade de Pão de Açúcar (AL), devido à proximidade e também por possuir atendimento mais rápido nos serviços de saúde.

O mesmo ocorre em relação ao comércio, no qual, as famílias se deslocam para comercializarem produtos e/ou comprarem. Isso ocorre porque o município de Porto da Folha é distante e por muitos anos foi de difícil acesso, devido à falta de asfaltamento, resolvido em 2010. Mas, as dificuldades no transporte terrestre permanecem até os dias atuais com a ausência de serviço de transporte regular e com preço inacessível à comunidade local.

Com o asfaltamento da estrada as distâncias se encurtaram e pessoas de outras localidades tem ido até o povoado visitar parentes, para fazer turismo no rio e travessias comerciais, possibilitando geração de renda para barqueiros e pequenos comerciantes, mas trazendo algumas preocupações em relação ao rio e as possíveis situações de violência na comunidade.

Como afirmam os mais velhos: "aqui passa o bom e o ruim", cerca de 100 a 200 carros por dia para atravessar na balsa, tanto indo pra Alagoas como vindo pra Sergipe. Sendo assim, é necessário atenção para que as famílias ribeirinhas de Niterói não sofram em maior grau as inevitáveis consequências do progresso, numa área com ausência de políticas públicas, dentre elas, a segurança.

Nesse ritmo de vida de interior o Povoado Niterói foi constituído e se mantêm as margens do rio São Francisco, com seus diversos significados e importância para os moradores locais, que se traduzem como fonte de sobrevivência para o alimento, ponte que encurta as distâncias para o comércio, atendimento das necessidades básicas e geração de trabalho que alimenta as relações sociais, culturais do ambiente local.

O rio São Francisco, que alimenta essas relações sociais, conhecido como o rio da União, suas águas, seu leito e margens pertencem ao domínio público da União, do Governo Federal e com a lei 9.433/97, ficou abolido o direito de posse da água por particulares, podendo apenas ser explorado, tanto para a irrigação como para a pesca. Fins que a Comunidade também lhe atribui.

Nos últimos 50 anos, deu-se um desenvolvimento econômico ao longo do rio que foi caracterizado por

ações fragmentadas por setores do Estado, favorecendo apenas uma pequena parcela da população, representadas pelo setor agrário e algumas indústrias, particularmente o elétrico, com vários órgãos e agências federais atuando separadamente no planejamento e projetos, envolvendo o uso das águas, das terras, dos recursos naturais e humanos desta bacia.

E ao longo dos anos, a urbanização, projetos de irrigação, e planos não integrados transformaram a bacia do rio São Francisco em esgoto a céu aberto, com represas e lagos contaminado por efluentes municipais e industriais, como esgotos sanitários e metais pesados vindo da mineração; e poluição diversa, originada da agricultura irrigada com os pesticidas, agrotóxicos e fertilizantes.

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), menos de 20% do esgoto urbano recebe algum tipo de tratamento, o restante é lançado nos corpos da água "in natura", colocando em risco a saúde do ecossistema e da população local.

É o que vem ocorrendo no Rio São Francisco. Além da contaminação das águas, há também outro grande problema, o de erosão e assoreamento do rio, e desconexão deste com sua foz. Com isso ocorre um desequilíbrio das águas do rio, seguido de sucessivos processos erosivos, entre eles:

a. Dos solos devido à criação extensiva de gado, o desmatamento e substituição da mata ciliar sendo substituída pela agricultura extensiva e intensiva ou ainda pela plantação de eucaliptos para produção de carvão vegetal deixando o solo ainda mais frágil;

b) e do leito dos rios, devido ao problema de erosão quando o regime das cheias e o transporte natural de sedimentos consistindo no aprofundamento do rio em algumas partes de seu trajeto e da perda da estabilidade de suas margens, e da sucessiva decomposição de sedimentos.

De todos os problemas que se pode constatar, o que mais chama atenção no percurso do rio São Francisco no povoado Niterói é o assoreamento. A erosão, fruto na maioria dos casos, do desmatamento das margens e desbarrancamento, além de alargar a margem do rio, gera uma carga elevada de sedimentos, que são carregados pela correnteza constituindo enormes bancos de areia e "ilhas" (as chamadas "coroas" ou "croas", no linguajar ribeirinho), constantemente se movendo e mudando de lugar. De acordo com a Agente de SaúdeValdenice Rodrigues dos Santos:

> *"O rio mudou, com certeza, e mudou muito, o rio era mais extenso enchia com mais frequência, agora não, você percebe que ele vaza e passa muito tempo sem encher e não vemos as águas tão fortes como víamos antes, as margens do rio mesmo mudou muito, a mata ciliar que existia no rio quase não existem mais, as croas (extensões de área no meio do rio coberta por areia trazida pelas cheias) apareceram com mais frequência e antes era muito difícil de ver algo desse tipo, com o surgimento destas croas, hoje dificulta até a locomoção dos transportes aquáticos". (*Valdenice Rodrigues dos Santos, Agente de Saúde, 42 anos)

As mudanças existentes nas margens do rio na comunidade de Niterói na atualidade percorrem o rio em toda sua extensão e reflete nesta localidade com mais agravantes do que em outras localidades. Muitas espécies de pescados estão sumindo, e dificulta a sobrevivência da comunidade local com a escassez do pescado e da agricultura com a extinção de suas culturas. De acordo com o Sr. Olavo Feitosa da Silva, 39 anos, mobilizador esportivo da comunidade Niterói relata que ocorreram mudanças no rio São Francisco no decorrer desses anos, conforme segue:

> *"Principalmente na mata ciliar em sua grande maioria foi destruída, por isso que o rio está muito assoreado e em todo o lugar o que se vê é só areia principalmente no meio do rio, na passagem da Balsa, nessa travessia o rio baixou mais de 2m. Como consequência, houve uma diminuição da quantidade de peixe, os pescadores estão reclamando muito que vão pescar e não conseguem pegar nada, por que o rio está muito baixo e quando ele está assim o peixe procura lugares mais profundos e como nesta região o rio é muito raso o peixe deve estar nas barragens que foram*

> *feitas no rio que são lugares mais fundos. Isso trouxe sérias consequências também às plantações, principalmente quem tinha irrigação, plantações de arroz nas lagoas que recebem mais água nos períodos das cheias e como elas não encheram mais, todos foram prejudicados devido à vazão do rio São Francisco".* (Olavo Feitosa da Silva, 39).

Porém, é necessário que a comunidade local se mobilize com apoio do poder público municipal e órgãos que possuam propostas para a conservação do rio e sobrevivência dos moradores locais. De acordo com Coelho (2005; p. 138) "o assoreamento provoca anualmente uma perda de 1%da capacidade dos reservatórios".

Outro indicador deste processo acelerado de assoreamento é a condição precária atual de navegação do Rio São Francisco.

> Até pouco tempo o Rio era navegado sem maiores restrições entre Pirapora e Petrolina/Juazeiro (1.312 km), no médio curso, e entre Piranhas e a foz (208 km), no baixo curso. Hoje, só apresenta navegação comercial no trecho compreendido entre os portos de Muquém do São Francisco (Ibotirama), na Bahia, e Petrolina/Juazeiro, na divisa entre Bahia e Pernambuco. Mesmo neste trecho, a navegação vem sofrendo revezes por deficiência de calado, sobretudo na entrada do lago de Sobradinho, onde um intenso assoreamento multiplica os bancos de areia (ANA/OEA/GEF/PNUMA et al, 2004; p. 32).

Apesar das inúmeras tentativas de conscientização das pessoas e das atividades nas empresas sobre como lidar com este problema, muitas pessoas ainda tratam este tema com descaso, ignoram a existência de leis que punem quem agride o meio ambiente, para qualquer fim. Porém, é certo, que o sistema possui falhas quando se refere à proteção dos mesmos. E nesse sentido, as comunidades ribeirinhas podem contribuir com a proteção e ações educativas permanentes, bem como, cobrando dos poderes públicos fiscalização mais efetiva e punição aos infratores.

Conforme estabelece a Lei Estadual de EA 6.882 de abril de 2010 a fim de promover ações educativas no sentido de orientar para praticas sustentáveis. Pois se trata de um problema que afeta a todos, mas em particular os ribeirinhos são os que mais sofrem em função da sua relação de sobrevivência com o rio.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DO SABER ÀS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS

Educar. Seja na cidade ou no campo, nas escolas e nos espaços de convivência comunitária, emergiu-se a necessidade de se pensar na educação para o ambiente em que os sujeitos são partes, compreendendo que, esses sujeitos interferem no ambiente, porque nele habitam e tornam-se também sujeitos na capacidade de suporte e adaptação dessas transformações.

Bernardes e Ferreira (2003) apontam que:

> A compreensão tradicional das relações sociedade e natureza desenvolvida até o século XX, vinculada ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (BERNARDES E FERREIRA, 2003).

E é na segunda metade do século XX, no contexto da crise civilizatória, que surge a Educação Ambiental (EA), conforme aponta Loureiro (2004, p. 149) "não como modalidade, mas como alternativa indispensável à educação".

Nessa nova ótica, a educação não é mais vista como campo de armazenamento e repasse de informações, no qual o ser humano, para compreender a natureza, deve controlá-la e, portanto perceber-se apartado, diferenciado dela. (LEITE, 2007, p.14)

Dentre suas definições, a Conferência de Tibilisi em 1977 define a EA como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta.

Já em 1997, durante a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedades: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Unesco, Tessalonica, Grecia), definiu-se, como um meio de trazer mudanças de comportamento e estilos de vida, para disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades na preparação do público, para suportar mudanças rumo `a sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade.

Para Dias (2003, p.100) A EA "é um processo por meio do qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade".

E para compreender a proposta dos estudiosos em Sergipe, a Lei estadual 6.882 de abril de 2010, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental de Sergipe em seu Capitulo II, Art. 3°, que entende por EA, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação, proteção, recuperação e defesa do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida.

E em seus Artigos 4° e 5° estabelecem a EA como componente essencial e permanente da educação, devendo estar presentes em todos os níveis e modalidades de ensino formal e informal, cabendo ao poder público e as instituições de ensino promover ações sócio-educativas e ações educativas de maneira integrada aos programas educativos que desenvolvam.

Nesse sentido, a escola, os professores, alunos, coordenação pedagógica e as famílias na comunidade ribeirinha de Niterói (SE) estão diante desses avanços e mediante desafios constantes de envolver a EA no ambiente escolar e para a Comunidade. Tarefa que envolve estudo para se compreender primeiro qual a educação que se quer e o que se pretende com ela e como fazê-la um exercício constante e interdisciplinar, no sentido de compreender e tornar prática seus conceitos na vida escolar, na comunidade, no ambiente.

Diante desses desafios, Santos (2009; p. 24) pontua que:

> Nota-se uma desvinculação dos processos educativos que ocorrem entre a Educação Ambiental e a educação em que é evidenciada por meio do despreparo do ensino formal, já que, trabalhar numa perspectiva socioambiental é promover a discussão sobre o ambiente, num ponto de vista de atender a ele nas relações sociais e físicas com a natureza e com os outros. (SANTOS, 2009; p. 24)

É necessário, então, introduzir nas escolas de ensino formal, esta perspectiva ambiental, para construir com as crianças, principais envolvidos no contexto de desenvolvimento educacional, esta consciência, favorecendo a conservação e preservação voltada à proteção e ao cuidado socioambiental.

Santos (2009; p. 26) reflete sobre a sustentabilidade educacional no contexto da sala de aula:

> Experiências de reciclagem, replantio de árvores, práticas de conservação e preservação de reservas ecológicas que são ensinadas para os alunos na escola. Mas também, promover nesta perspectiva a reflexão que o sujeito faz parte do meio ambiente construído de valores, princípios e significados ambientais,

> culturais, econômicos, políticos, ideológicos, educativos, onde todas estas esferas contribuem no desenvolvimento do interno (individual) e externo (social) do sujeito. Ele (sujeito) faz parte e (inter) relacionar-se constantemente com a dinâmica social. (SANTOS, 2009, p. 26)

Entender que a educação ambiental tem um papel fundamental para a conservação da biodiversidade, buscando desenvolver conceitos conscientes de sustentabilidade nos envolvidos, num sentido até de multiplicadores. Considera-se primordial para a manutenção e sobrevivência do próprio ser humano e todos os seres vivos que na verdade são coparticipantes, à medida que há interdependência em suas existências.

Esse desafio está posto nas escolas da cidade e do campo e se esbarram na construção de uma grade curricular que absorva esse saber. Observa-se que há um questionamento constante entre os sujeitos nas escolas, e nesse caso especifico, abordando a realidade do Povoado Ribeirinho de Niterói, no que se refere a como desenvolver um currículo, que possa abranger as competências, habilidades e a realidade local, direcionadas a sustentabilidade da própria educação ambiental de modo constante, interdisciplinar.

Essa resposta estará próxima, à medida que os sujeitos na escola e fora dela reconhecerem a educação ambiental numa perspectiva educativa, dentro e fora da escola, presente no currículo escolar de todas as disciplinas, possibilitando discussões e análises que enfoquem as relações entre os seres humanos.

Nesse estudo, os professores do Povoado confirmam que a discussão sobre o meio ambiente, aparece no currículo escolar como um tema transversal e interdisciplinar e para compreender o meio ambiente é necessário a Educação Ambiental, pois a mesma abrange todas as áreas do conhecimento, não podendo se tornar uma matéria, nem ficar restrita às disciplinas de humanas, como a Geografia, História ou Ciências Naturais.

A atual diretora da Escola Municipal Professora Estela Rodrigues Lima de Sá do povoado Niterói, a Profa. Daniela dos Santos Souza relata que:

> *"O currículo da escola está organizado de acordo com a base comum e com a base diversificada que é a ação de todas as experiências vivenciadas pelos alunos fora e dentro da escola. Base comum porque é comum a todas as escolas do Brasil como português, matemática, história, geografia e a base diversificada que vai de acordo com as necessidades cultural de cada localidade que no caso da Escola Professora Estela Rodrigues Lima de Sá a parte diversificada é Sociedade e cultura, religião, redação e inglês. Porque tem escola onde a cultura como educação Indígena e Quilombola tem essa abertura na parte diversificada para trabalhar com conteúdos da cultura local". (*Daniela dos Santos Souza, Diretora da Escola)

Esse saber é um processo que se constrói e se transforma a partir das mudanças sociais e o conhecimento ambiental deve estar presente nessa construção e transformação social. Assim, os professores, em sua prática educativa devem buscar meios para trabalhar em sala de aula e fora dela os problemas ambientais, de modo que os alunos percebam os problemas reais da sua localidade e do mundo e reflitam sobre eles.

Para Santos (2009, p. 28):

> Trabalhar Educação Ambiental no processo educativo no contexto atual é entender a situação ambiental de modo a favorecer o reconhecimento da educação, dentro das transformações socioambientais, que norteiam e delimitam o direcionamento do cotidiano escolar. (SANTOS, 2009, p. 28)

Portanto, torna-se necessário uma prática, como um todo, integrado com formação e ações que possam

ocorrer não somente em dias especiais, como comemoração do dia da árvore, por exemplo, mas que ocorra no dia a dia da escola inserida em todas as áreas do conhecimento.

De acordo com Santos (2009; p. 37),

> A relação com o saber é uma relação social, porque os homens nascem num mundo estruturado por relações sociais, que são também relações de saber. Compreende-se que relacionar-se com o saber, é entender o sujeito com ator principal da construção do conhecimento, na sua formação sendo influenciado pelos vários aspectos de sua vida, seja individual ou social, neste processo de formação ele é tomado pelas transformações das suas percepções e conceitos, ou de surpreender-se pelos contrastes, divergências de ideias, e situações que o mesmo convive, e ao mesmo tempo apreende. (SANTOS, 2009, p. 37)

Na contramão deste pensar, a escola como ambiente de aprendizagem, tem preparado muitas vezes, os estudantes, dentro da lógica do mercado de trabalho e não para terem uma vida de qualidade, pois muitos dos conteúdos trabalhados não estão vinculados à realidade social, natural, política, cultural e econômica, no qual a escola e o sujeito estão inseridos.

Nesse contexto, Jesus et al (2007, p. 45) reforça a função social da escola com a seguinte citação:

> A escola necessita ter compromisso com o sistema de valores básicos para a vida e para a convivência. Isto é, a incorporação explícita dos valores éticos que favorecem e tornam possível uma vida mais humana em sociedade: valores capazes de dotar de sentido a existência e o projeto de vida pessoal dos alunos; valores que abram a possibilidade para construir, em seu presente e futuro, uma convivência mais feliz, harmônica e esperançosa. (JESUS et al, 2007, p. 45).

E de acordo com Santos (2009; p. 37),

> A relação com o saber é uma relação social, porque os homens nascem num mundo estruturado por relações sociais, que são também relações de saber. Compreende-se que relacionar-se com o saber, é entender o sujeito como ator principal da construção do conhecimento, na sua formação sendo influenciado pelos vários aspectos de sua vida, seja individual ou social, neste processo de formação ele é tomado pelas transformações das suas percepções e conceitos, ou de surpreender-se pelos contrastes, divergências de ideias, e situações que o mesmo convive, e ao mesmo tempo apreende. (SANTOS, 2009, p. 37)

Neste sentido, a educação ambiental na escola pode contribuir para a construção desses valores, uma vez que, procura através de situações-problemas fazer a relação entre os conteúdos trabalhados no âmbito da sala de aula e a realidade do contexto que envolve os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade ribeirinha de Niterói estabeleceu ao longo da sua história uma íntima relação de dependência com o rio São Francisco. Essa relação está presente no modo de vida comunitário, nas relações sociais, no ir e vir e nas formas de trabalho assumidas pelos moradores locais;

Conclui-se que, as transformações que ocorreram no rio São Francisco são decorrentes das inúmeras ações praticadas contra o meio ambiente, como a retirada da mata ciliar, a pesca predatória, a poluição, assoreamento, dentre outras interferências e que vêm afetando o modo de vida dos ribeirinhos, nesse caso específico de Niterói (SE). Deste modo, torna-se necessário um estudo mais detalhado em relação a

estas transformações, por se tratar da principal atividade de sobrevivência da comunidade.

Esta comunidade reconhece a educação ambiental proposta pela escola, dentro do ambiente escolar e para a comunidade como ação transformadora, no sentido de sensibilizar os moradores locais para a tomada de decisões em ações de cuidados, restauração e intervenção junto aos órgãos competentes de fiscalização e restauração das áreas em degradação.

Observa-se ainda, que o currículo da escola está organizado com a base diversificada que poderia atender as especificidades da comunidade em "Sociedade, cultura e religião" e a partir desse contexto, a cultura local e o modo de reprodução social estariam sendo pautadas em sala de aula, discutindo as formas de organização social, os modelos de trabalho e geração de renda dos locais, as práticas características das comunidades ribeirinhas para o fortalecimento da cultura local.

A educação proposta na comunidade Niterói, com a inserção da educação ambiental possibilitará mudanças nas reflexões e ações dos sujeitos locais, no sentido de repensar as suas práticas cotidianas, estabelecidas no decorrer do tempo com o rio São Francisco, fonte de sobrevivência e de diversos significados para a Comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In. CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (Org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2003.

COELHO, Marco Antônio. Os descaminhos do São Francisco. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e prática. 8. ed. São Paulo: Gaia,2003.

FONSECA, Maria Rosa; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A educação do campo: uma realidade construída historicamente. In: GHEDIN, Evandro (org.). **O voo da Borboleta**. Manaus: UEA/ Ed. Valer, 2008.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Eco pedagogia e cidadania planetária**. Trad. Sandra TrabuccoValenzuela. 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo freire, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

IBGE, Censo 2010. Disponível em:>. Acessado em: 13/05/2013.

JESUS, Cláudio Portilho de et al. **Educação ambiental**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2007.

LEITE, Mirsa M. B. X. **Entre o rio e o mar: educação ambiental para o fortalecimento da comunidade pesqueira do Mosqueiro, Aracaju/SE**, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MELO E SOUZA, Rosemeri.**Redes e Tramas – Identidade Cultural e Gestão Ambiental na APA de**

Piaçabuçu, Alagoas. In: Capítulo 04-Gestão Ambiental Sustentável de Comunidades Litorâneas - Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2003b.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, **Educação, ambiente e sociedade**. 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond. 2000.

SANTOS, Michele Moura dos. **Saberes Ambientais ou Saberes PerdidosPráticas de Educação Ambiental na Escola Rural de Ensino Fundamental Nicola Mandarino, Itaporanga dÁjuda/SE**, 2009

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

---

[1] Licenciado em Educação do Campo pela Universidade Federal de Sergipe. Email: willascandido@hotmail.com
[2] Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe, Bacharela em Administração de Empresas com Ênfase em Análise de Sistemas (UNIT), Tutora do Curso de Administração Pública UAB/UFS e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais (GPEMS/UF, S). Email: mirsatutora@gmail.com